



aprova
concursos

MPC-SC

ANALISTAS DE CONTAS
PÚBLICAS - DIREITO

Ministério Público de Contas
do Estado de Santa Catarina



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.
- 7 Correspondência oficial.
 - 7.1 Aspectos gerais da redação oficial.
 - 7.2 Finalidade dos expedientes oficiais.
 - 7.3 Adequação da linguagem ao tipo de documento.
 - 7.4 Adequação do formato do texto ao gênero.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Estruturas lógicas.
- 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 3 Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1 Proposições simples e compostas.

- 3.2 Tabelas-verdade.
- 3.3 Equivalências.
- 3.4 Leis de Morgan.
- 3.5 Diagramas lógicos.
- 4 Lógica de primeira ordem.
- 5 Princípios de contagem e probabilidade.
- 6 Operações com conjuntos.
- 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

- 1 Lei Estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e suas alterações.
- 2 Lei Complementar Estadual nº 297, de 26 de agosto de 2005, e suas alterações.
- 3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e suas alterações).
- 4 Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (Portaria nº 48/2018 e suas alterações).

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

- 1 Ética e moral.
- 2 Ética, princípios e valores.
- 3 Ética e democracia: exercício da cidadania.
- 4 Ética e função pública.
- 5 Ética no setor público.
- 6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Atos de improbidade administrativa.
 - 6.3 Lei nº 14.230/2021.
- 7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTROLE EXTERNO E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

- 1 Controle da Administração Pública.
 - 1.1 Conceito, abrangência e espécies.
- 2 Controle externo no Brasil.



- 3 O Poder Legislativo, Tribunais de Contas e Ministérios Públicos de Contas.
- 4 Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.
- 5 Tribunais de Contas.
 - 5.1 Natureza jurídica.
 - 5.2 Forma de investidura, direitos, prerrogativas e vedações dos membros.
 - 5.3 Funções.
 - 5.4 Eficácia das decisões.
 - 5.5 Revisão das decisões dos Tribunais de Contas pelo Poder Judiciário.
- 6 Competências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
 - 6.1 Competência para a apreciação da constitucionalidade de leis.
 - 6.2 Competência para a revisão dos próprios atos.
 - 6.3 Competência normativa.
- 7 Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.
 - 7.1 Iniciativa.
 - 7.1.1 Própria
 - 7.1.2 Denúncia.
 - 7.1.3 Representação.
 - 7.2 Instrumentos de fiscalização.
 - 7.2.1 Levantamento.
 - 7.2.2 Auditoria.
 - 7.2.3 Inspeção.
 - 7.2.4 Acompanhamento.
 - 7.2.5 Monitoramento.
 - 7.3 Objeto da Fiscalização.
 - 7.3.1 Atos e contratos.
 - 7.3.2 Transferências constitucionais e legais.
 - 7.3.3 Convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
 - 7.3.4 Aplicação de subvenções, auxílios e contribuições.
 - 7.3.5 Arrecadação da receita.
 - 7.3.6 Renúncia de receitas.
- 8 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
- 9 Ministério Público de Contas.
 - 9.1 Natureza, competência, princípios e funções institucionais.
- 10 Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina.
 - 10.1 Competência, organização e composição.
 - 10.2 Forma de investidura, regime jurídico, direitos, prerrogativas e vedações dos membros.
 - 10.3 Instrumentos de atuação.
 - 10.3.1 Portaria MPC nº 04/2020.
- 11 Legislação.



- 11.1 Constituição Federal.
- 11.2. Constituição do Estado de Santa Catarina.
- 11.3 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e suas alterações (Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000).
- 11.4 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e suas alterações (Resolução nº TC-06/2001).
- 11.5 Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (Portaria nº 48/2018 e suas alterações).
- 12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Organização administrativa.
 - 1.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.
 - 1.2 Administração direta.
 - 1.2.1 Conceito.
 - 1.2.2 Órgão público.
 - 1.2.2.1 Conceito.
 - 1.2.2.2 Teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos.
 - 1.2.2.3 Características.
 - 1.2.2.4 Classificação.
 - 1.3 Administração indireta.
 - 1.3.1 Conceito.
 - 1.3.2 Autarquias.
 - 1.3.3 Agências reguladoras.
 - 1.3.4 Agências executivas.
 - 1.3.5 Fundações públicas.
 - 1.3.6 Empresas públicas.
 - 1.3.7 Sociedades de economia mista.
 - 1.3.8 Consórcios públicos.
 - 1.4 Serviços sociais autônomos; entidades de apoio; organizações sociais; organizações da sociedade civil de interesse público.
 - 2 Atos administrativos.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativos.
 - 2.3 Requisitos ou elementos.
 - 2.4 Atributos.
 - 2.5 Classificação.
 - 2.6 Atos administrativos em espécie.
 - 2.7 O silêncio no direito administrativo.

- 2.8 Extinção dos atos administrativos.
 - 2.8.1 Revogação, anulação e cassação.
- 2.9 Convalidação.
- 2.10 Vinculação e discricionariedade.
- 2.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
- 2.12 Decadência administrativa.
- 3 Processo administrativo.
 - 3.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.
 - 3.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 4 Poderes e deveres da Administração Pública.
 - 4.1 Poder regulamentar.
 - 4.2 Poder hierárquico.
 - 4.3 Poder disciplinar.
 - 4.4 Poder de polícia.
 - 4.5 Dever de agir.
 - 4.6 Dever de eficiência.
 - 4.7 Dever de probidade.
 - 4.8 Dever de prestação de contas.
 - 4.9 Abuso do poder.
- 5 Serviços públicos.
 - 5.1 Legislação pertinente.
 - 5.1.1 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações.
 - 5.1.2 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parceria público-privada).
 - 5.1.3 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações (parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil).
 - 5.2 Disposições doutrinárias.
 - 5.2.1 Conceito.
 - 5.2.2 Elementos constitutivos.
 - 5.2.3 Formas de prestação e meios de execução.
 - 5.2.4 Delegação.
 - 5.2.4.1 Concessão, permissão e autorização.
 - 5.2.5 Classificação.
 - 5.2.6 Princípios.
 - 5.2.7 Remuneração.
 - 5.2.8 Usuários.
 - 5.3 Lei nº 13.460/2017 e suas alterações (participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos).
 - 5.3.1 O papel das ouvidorias.
- 6 Licitações.
 - 6.1 Legislação pertinente.



- 6.1.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 6.1.2 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 6.1.3 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
- 6.1.4 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (Sistema de Registro de Preços).
- 6.1.5 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
- 6.1.6 Fundamentos constitucionais.
- 6.2 Disposições doutrinárias.
 - 6.2.1 Conceito.
 - 6.2.2 Objeto e finalidade.
 - 6.2.3 Destinatários.
 - 6.2.4 Princípios.
 - 6.2.5 Contratação direta.
 - 6.2.5.1 Dispensa e inexigibilidade.
 - 6.2.6 Modalidades.
 - 6.2.7 Tipos.
 - 6.2.8 Procedimento.
 - 6.2.9 Anulação e revogação.
 - 6.2.10 Sanções administrativas.
- 7 Contratos administrativos.
 - 7.1 Responsabilidade contratual.
 - 7.2 Legislação pertinente.
 - 7.2.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
 - 7.2.2 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.
 - 7.2.3 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios públicos).
 - 7.3 Disposições doutrinárias.
 - 7.3.1 Conceito.
 - 7.3.2 Características.
 - 7.3.3 Vigência.
 - 7.3.4 Alterações contratuais.
 - 7.3.5 Execução, inexecução e rescisão.
 - 7.3.6 Convênios e instrumentos congêneres.
 - 7.3.7 Consórcios públicos.
- 8 Controle da administração pública.
 - 8.1 Conceito.
 - 8.2 Controle exercido pela Administração Pública.
 - 8.3 Controle legislativo.
 - 8.4 Controle judicial.





- 8.5 Controle da Administração Pública pelo Tribunal de Contas. Controle Social. Limites e perspectivas do controle.
- 9 Improbidade administrativa.
 - 9.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.
 - 9.1.1 Lei nº 14.230/2021.
 - 9.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 10 Agentes públicos.
 - 10.1 Legislação pertinente.
 - 10.1.1 Lei nº 6.745/1985 e suas alterações (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina).
 - 10.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.
 - 10.2 Disposições doutrinárias.
 - 10.2.1 Conceito.
 - 10.2.2 Espécies.
 - 10.2.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 10.2.4 Provimento.
 - 10.2.5 Vacância.
 - 10.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 10.2.7 Remuneração.
 - 10.2.8 Direitos e deveres.
 - 10.2.9 Responsabilidade.
 - 10.2.10 Processo administrativo disciplinar.
 - 10.2.11 Regime de previdência.
- 11 Bens públicos.
 - 11.1 Conceito.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Características.
 - 11.4 Espécies.
 - 11.5 Afetação e desafetação.
 - 11.6 Aquisição e alienação.
 - 11.7 Uso dos bens públicos por particular.
- 12 Responsabilidade civil do Estado.
 - 12.1 Evolução histórica.
 - 12.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.
 - 12.3 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 12.4 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 12.5 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 12.6 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 12.7 Reparação do dano.
 - 12.8 Direito de regresso.



- 12.9 Responsabilidade primária e subsidiária.
- 12.10 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
- 12.11 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.
- 12.12 Responsabilidade do parecerista.
- 13 Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte).
- 14 Lei Complementar nº 64/1990 e suas alterações.
- 15 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição.
 - 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
 - 1.2 Supremacia da Constituição.
 - 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
- 2 Poder constituinte.
 - 2.1 Características.
 - 2.2 Poder constituinte originário.
 - 2.3 Poder constituinte derivado.
- 3 Princípios fundamentais.
- 4 Direitos e garantias fundamentais.
 - 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
 - 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
 - 4.3 Direitos sociais.
 - 4.4 Direitos políticos.
 - 4.5 Partidos políticos.
- 5 Organização do Estado.
 - 5.1 Organização político-administrativa.
 - 5.2 Estado federal brasileiro.
 - 5.3 A União.
 - 5.4 Estados federados.
 - 5.5 Municípios.
 - 5.6 O Distrito Federal.
 - 5.7 Territórios.
 - 5.8 Intervenção federal.
 - 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.
- 6 Administração Pública.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Servidores públicos.



- 7 Organização dos poderes no Estado.
 - 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
 - 7.2 Poder Legislativo.
 - 7.3 Poder Executivo.
 - 7.4 Poder Judiciário.
 - 7.4.1 Regime de Precatórios.
- 8 Funções essenciais à Justiça.
 - 8.1 Ministério Público e Ministério Público de Contas.
 - 8.2 Advocacia Pública.
 - 8.3 Advocacia e Defensoria Pública.
 - 8.4 Código de Ética da OAB (Lei nº 8.906/1994).
- 9 Controle da constitucionalidade.
 - 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.
 - 9.2 Controle incidental ou concreto.
 - 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.
 - 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.
 - 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.
 - 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.
 - 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
 - 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
 - 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.
- 10 Repercussão geral.
- 11 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
- 12 Sistema Tributário Nacional.
 - 12.1 Princípios gerais.
 - 12.2 Limitações do poder de tributar.
 - 12.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.
 - 12.4 Repartição das receitas tributárias.
- 13 Finanças públicas.
 - 13.1 Normas gerais.
 - 13.2 Orçamentos.
- 14 Ordem econômica e financeira.
 - 14.1 Princípios gerais da atividade econômica.
 - 14.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 15 Sistema Financeiro Nacional.
- 16 Ordem social.
- 17 Constituição do Estado de Santa Catarina.
- 18 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.



DIREITO FINANCEIRO

- 1 Direito financeiro.
 - 1.1 Conceito e objeto.
 - 1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.
- 2 Orçamento público.
 - 2.1 Conceito, espécies e natureza jurídica.
 - 2.2 Princípios orçamentários.
 - 2.3 Leis orçamentárias.
 - 2.3.1 Espécies e tramitação legislativa.
 - 2.4 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações.
 - 2.5 Fiscalização financeira e orçamentária.
- 3 Despesa pública.
 - 3.1 Conceito e classificação de despesa pública.
 - 3.2 Disciplina constitucional dos precatórios.
- 4 Receita pública.
 - 4.1 Conceito, ingresso e receitas.
 - 4.2 Classificação das receitas públicas.
- 5 Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações (Lei de Responsabilidade Fiscal).
 - 5.1 Planejamento.
 - 5.2 Receita pública.
 - 5.3 Despesa pública.
 - 5.4 Transferências voluntárias.
 - 5.5 Destinação de recursos públicos para o setor privado.
 - 5.6 Dívida e endividamento.
 - 5.7 Gestão patrimonial.
 - 5.8 Transparência, controle e fiscalização.
 - 5.9 Disposições preliminares, finais e transitórias.
- 6 Crédito público.
 - 6.1 Conceito e classificação de crédito público.
 - 6.2 Natureza jurídica.
 - 6.3 Controle, fiscalização e prestação de contas.
 - 6.4 Empréstimos públicos.
 - 6.4.1 Classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.
- 7 Dívida pública.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

- 1 Regime próprio de previdência dos servidores públicos.

- 2 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.
- 3 Previdência complementar.
- 4 Emendas Constitucionais nº 20/1998 e suas alterações, nº 41/2003 e suas alterações, nº 47/2005 e nº 70/2012.
- 5 Legislação. 5.1 Lei Federal nº 9.717/1998 e suas alterações.
- 5.2 Lei Federal nº 10.887/2004 e suas alterações.
- 5.3 Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, e suas alterações.
- 5.4 Lei Complementar Estadual nº 661, de 2 de dezembro de 2015, e suas alterações.
- 6 Lei Complementar Estadual nº 795/2022 e suas alterações.
- 7 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).
- 2 Normas processuais civis.
- 3 Jurisdição.
- 4 Ação.
 - 4.1 Conceito, natureza, elementos e características.
 - 4.2 Condições da ação.
 - 4.3 Classificação.
- 5 Pressupostos processuais.
- 6 Preclusão.
- 7 Sujeitos do processo.
 - 7.1 Capacidade processual e postulatória.
 - 7.2 Deveres das partes e procuradores.
 - 7.3 Procuradores.
 - 7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.
- 8 Litisconsórcio.
- 9 Intervenção de terceiros.
- 10 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.
- 11 Ministério Público.
- 12 Advocacia Pública.
- 13 Defensoria Pública.
- 14 Atos processuais.
 - 14.1 Forma dos atos.
 - 14.2 Tempo e lugar.
 - 14.3 Prazos.
 - 14.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 14.5 Nulidades.

- 14.6 Distribuição e registro.
- 14.7 Valor da causa.
- 15 Tutela provisória.
- 15.1 Tutela de urgência.
- 15.2 Disposições gerais.
- 16 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 17 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
- 17.1 Procedimento comum.
- 17.2 Disposições Gerais.
- 17.3 Petição inicial.
- 17.4 Improcedência liminar do pedido.
- 17.5 Audiência de conciliação ou de mediação.
- 17.6 Contestação, reconvenção e revelia.
- 17.7 Audiência de instrução e julgamento.
- 17.8 Providências preliminares e de saneamento.
- 17.9 Julgamento conforme o estado do processo.
- 17.10 Provas.
- 17.11 Sentença e coisa julgada.
- 17.11.1. Teoria dos precedentes.
- 17.12 Cumprimento da sentença.
- 17.13 Liquidação.
- 18 Procedimentos Especiais.
- 19 Procedimentos de jurisdição voluntária.
- 20 Processos de execução.
- 21 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.
- 22 Livro Complementar.
- 23 Disposições finais e transitórias.
- 24 Mandado de segurança.
- 25 Ação popular.
- 26 Ação civil pública.
- 27 Ação de improbidade administrativa.
- 28 Reclamação constitucional.
- 29 Teoria Geral dos Recursos.
- 30 Recursos em espécie.
- 31 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

DIREITO PROCESSUAL DE CONTAS

- 1 Prestação de Contas do Governo do Estado.
- 1.1 Natureza e conteúdo do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

- 1.1.1 Distinção entre contas de governo e contas de gestão.
- 1.2 Processamento.
 - 2 Tomadas e prestações de contas dos administradores e demais responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos.
 - 2.1 Processamento e julgamento das contas.
 - 2.2 Sanções e Medidas Cautelares.
 - 2.3 Recursos.
 - 2.4 Pedido de Rescisão.
 - 2.5 Execução das decisões.
 - 3 Tomada de contas especial.
 - 4 Apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.
 - 5 Denúncia.
 - 6 Representação.
 - 7 Gestão fiscal.
 - 8 Fiscalização de contratos.
 - 9 Inspeção extraordinária e auditoria especial.
 - 10 Legislação.
 - 10.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
 - 10.2 Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar nº 202, de 28 de dezembro de 2000, e suas alterações).
 - 10.3 Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução nº TC-06/2001).
 - 10.4 Código de Processo Civil (aplicação subsidiária).
 - 10.5 Legislação do Tribunal de Contas da União (aplicação subsidiária).
 - 11 Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (Portaria nº 48/2018 e suas alterações).
 - 12 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE E ORÇAMENTO PÚBLICO

- 1 Contabilidade Pública.
 - 1.1 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016.
 - 1.2 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 01 - Código de Ética Profissional do Contador, de 07 de fevereiro de 2019.
- 2 Orçamento público.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Técnicas orçamentárias.
 - 2.3 Princípios orçamentários.



- 2.4 Ciclo Orçamentário.
- 3 O orçamento público no Brasil.
- 3.1 Orçamento-programa.
- 3.2 Planejamento no orçamento-programa. Plano Plurianual.
- 3.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 3.4 Lei Orçamentária Anual.
- 3.5 Estrutura programática.
- 3.6 Tipos de créditos orçamentários.
- 3.7 Créditos ordinários e adicionais.
- 4 Programação e execução orçamentária e financeira.
- 4.1 Descentralização orçamentária e financeira.
- 4.2 Acompanhamento da execução.
- 5 Receita pública.
- 5.1 Conceito.
- 5.2 Classificação segundo a natureza.
- 5.3 Etapas e estágios.
- 6 Despesa pública.
- 6.1 Conceito.
- 6.2 Classificação segundo a natureza.
- 6.3 Etapas e estágios.
- 6.4 Restos a pagar.
- 6.5 Despesas de exercícios anteriores.





CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!





aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova